



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL – PR.

GABINETE DO PODER EXECUTIVO.

Rua Anchieta, Praça Pio X, 260 – (43) 3626-1490

e-mail: prefeitura@jundiaidosul.pr.gov.br

LEI Nº. 789/2025

Ementa: Altera a nomenclatura da Função Gratificada de “Autoridade em Vigilância Sanitária para Coordenador da Vigilância Sanitária”, permanecendo inalterados os vencimentos.

A Câmara Municipal de Jundiá do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica alterada a nomenclatura da Função Gratificada de Autoridade em Vigilância Sanitária, presente no Artigo 1º, §8º, inciso XVII da Lei Municipal nº 501, DE 01/06/2017, para fazer constar como “Coordenado (a) de Vigilância Sanitária – FG.02”.

Art. 2º - Revogam-se as disposições contrárias a essa norma.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jundiá do Sul - PR, de 25 de novembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO

Prefeito municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº. 789/2025

LEI Nº. 789/2025

Ementa: Altera a nomenclatura da Função Gratificada de “Autoridade em Vigilância Sanitária para Coordenador da Vigilância Sanitária”, permanecendo inalterados os vencimentos.

A Câmara Municipal de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica alterada a nomenclatura da Função Gratificada de Autoridade em Vigilância Sanitária, presente no Artigo 1º, §8º, inciso XVII da Lei Municipal nº 501, DE 01/06/2017, para fazer constar como “Coordenado (a) de Vigilância Sanitária – FG.02”.

Art. 2º - Revogam-se as disposições contrárias a essa norma.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul - PR, de 25 de novembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:32BEF527

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 26/11/2025. Edição 3414

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

(Nota: Este artigo atende ao critério 17767 e 17769 do Progov)4

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Saúde (SMG) garantir a capacitação de todos os profissionais de saúde das UBS sobre as normas, fluxos e rotinas estabelecidos neste Regulamento.

(Nota: Esta é a base para o critério 17772)5

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando sua eficácia plena condicionada à aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme Art. 3º.

JUNDIAÍ DO SUL, 25 DE NOVEMBRO DE 2025

PAULO ROBERTO PEDRO

Prefeito Municipal

CÁSSIA REGINA PAIVA

Diretora Municipal de Saúde

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº. 89/2025

REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO DAS UBS

1. NORMAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO

1.1. Horário de Funcionamento:

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) funcionarão, para atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 17h00, ininterruptamente (inclusive horário de almoço para acolhimento e farmácia).

1.2. Área de Abrangência (Território):

Cada UBS é responsável pela população de seu território adscrito, conforme o Mapa de Territorialização oficial da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jundiaí do Sul (SMG).

O atendimento é prioritário para a população cadastrada e vinculada à equipe ESF de seu território.

1.3. Coordenação:

Cada UBS possui um (a) Coordenador (a) (Gerente) formalmente designado (conforme item 17755), responsável pela gestão administrativa, organização dos fluxos e liderança das equipes.

2. CATÁLOGO DE SERVIÇOS OFERTADOS

As UBS da rede municipal ofertam, no mínimo, o seguinte conjunto de serviços da Atenção Primária:

Acolhimento: Escuta qualificada e classificação de prioridades

Consulta Médica (Clínica Geral / ESF): Demanda programada (agendada) e espontânea (do dia).

Consulta de Enfermagem: Acompanhamento (Hiperdia, Pré-Natal, Puericultura), coleta de preventivo.

Atendimento Odontológico (Saúde Bucal): atendimentos programados, urgências e ações preventivas

Saúde da Mulher: Pré-Natal, Puerpério, Coleta de Citopatológico (Preventivo), Planejamento Familiar.

Saúde da Criança: Puericultura (acompanhamento do crescimento) e Imunização.

Imunização (Vacinas): Oferta diária de vacinas do Calendário Nacional (PNI) **Acompanhamento de Crônicos:** Ações de rastreio e acompanhamento de Hipertensão (HAS) e Diabetes (DM)

Procedimentos: Curativos, retirada de pontos, lavagem de ouvido, administração de medicação (conforme prescrição), pequenos procedimentos (conforme POP - item 17896).

Visitas Domiciliares: Realizadas pelo Agente Comunitário de Saúde (ACS) (conforme rotina 17825) e pela equipe (Médico/Enfermeiro) para acamados ou casos prioritários (conforme cronograma 17830).

Ações Coletivas: Grupos Tabagismo - item 17895.

Dispensação de Medicamentos: Fornecimento de medicamentos da REMUME (conforme regras da Assistência Farmacêutica).

3. FLUXOS E ROTINAS DE ATENDIMENTO

3.1. FLUXO 1: ACOLHIMENTO E DEMANDA DO DIA ESPONTÂNEA

I. O usuário se apresenta na Recepção da UBS.

II. O usuário é encaminhado para o Acolhimento com Classificação de Risco, realizado por profissional de nível superior (preferencialmente Enfermeiro).

III. O profissional classifica a demanda (conforme Protocolo de Classificação de Risco):

a) Urgência (Vermelho/Amarelo): Atendimento imediato na UBS para estabilização e/ou acionamento do SAMU/Transporte para U&E (conforme Protocolo APS->U&E).

b) Demanda do Dia (Verde): O usuário necessita de atendimento no mesmo dia (ex: febre, dor aguda). Ele será encaixado na agenda dos profissionais do dia.

c) Eletivo (Azul): O usuário busca um atendimento de rotina (ex: renovar receita, mostrar exames, check-up). Ele será orientado a realizar o agendamento (Fluxo 2).

IV. O atendimento (consulta ou procedimento) é garantido conforme a prioridade definida na classificação.

3.2. FLUXO 2: AGENDAMENTO DEMANDA PROGRAMADA

I. O usuário (classificado como "Azul" no Acolhimento, ou que busca ativamente) solicita um agendamento de rotina (consulta, preventivo, puericultura).

II. A Recepção (ou o ACS no território) verifica a disponibilidade na agenda da equipe de referência do usuário e realiza o agendamento.

III. O agendamento deve priorizar a longitudinalidade (sempre que possível, com o mesmo profissional/equipe).

3.3. FLUXO 3: ENCAMINHAMENTOS REFERÊNCIA

I. Identificada a necessidade de atendimento especializado, U e E ou TFD, o profissional da UBS seguirá rigorosamente os Protocolos Municipais específicos:

a) Protocolo APS -> AEA Decreto XXX

b) Protocolo APS -> U&E Portaria YYY

c) Protocolo de TFD Portaria ZZ

Publicado por:

Odaí Rosildo Farinha

Código Identificador:114C471E

EXECUTIVO MUNICIPAL

LEI Nº. 789/2025

LEI Nº. 789/2025

Ementa: Altera a nomenclatura da Função Gratificada de "Autoridade em Vigilância Sanitária para Coordenador da Vigilância Sanitária", permanecendo inalterados os vencimentos.

A Câmara Municipal de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica alterada a nomenclatura da Função Gratificada de Autoridade em Vigilância Sanitária, presente no Artigo 1º, §8º, inciso XVII da Lei Municipal nº 501, DE 01/06/2017, para fazer constar como "Coordenado (a) de Vigilância Sanitária – FG.02".

Art. 2º - Revogam-se as disposições contrárias a essa norma.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jundiaí do Sul - PR, de 25 de novembro de 2025.

PAULO ROBERTO PEDRO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Odaí Rosildo Farinha

Código Identificador:32BEF527

EXECUTIVO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 223/2025

PORTARIA Nº. 223/2025

SÚMULA: Institui a Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Jundiaí do Sul, designa seus membros e aprova seu Regimento Interno, em atendimento aos critérios estabelecidos pelo Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo (ProGov).

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando o quesito nº 17963 do Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo (ProGov), que determina a existência formal de Comissão de Farmácia e Terapêutica instituída por ato normativo próprio;